

CORREIO POLÍTICO

POR
RUDOLFO LAGO

Reprodução YouTube



Bolsonaro pressiona Valdemar a outro tipo de jogo

Valdemar, entre a direita antiga e a nova

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, pode ser chamado de muitas coisas. Menos de representante da direita comprometida com a defesa da chamada “moral e bons costumes”. Não terá sido por isso que ganhou em Mogi das Cruzes (SP), sua cidade natal, o apelido de “Boy” (dizem que foi porque, quando criança, ele era parecido com o garoto filho de Tarzan do seriado da TV). Não terá sido por isso que foi ele quem levou a modelo Lilian Ramos para o camarote onde estava o então presidente Itamar Franco proporcionando a famosa foto da moça sem calcinha. Valdemar é um típico nome da direita tradicional brasileira. Que se molda às mudanças dos ventos políticos para sempre estar no poder.

Bolsonaro é o maior desafio

Ao longo do tempo, Valdemar acostumou-se a correr riscos. Não por acaso, conseguiu estar envolvido com os maiores escândalos tanto do PT de Luiz Inácio Lula da Silva quanto de Jair Bolsonaro. Foi condenado no processo do Mensalão e escapou por pouco de entrar na ação por golpe de Estado julgada pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). A aliança com Bolsonaro e seu núcleo, porém, tem sido o seu maior desafio político.

Lula Marques/Agência Brasil



Chapas puras do PL limitam alianças de Flávio

PL saiu de médio para virar grande

A cartada que Valdemar deu levando para o partido Bolsonaro fez com que o PL pela primeira vez crescesse de partido médio para partido grande. Rivaliza em tamanho com o PSD e o PT. Em diversos aspectos, supera os outros dois. Mas isso obriga Valdemar a ter que domar o espírito de direita mais radical dos bolsonaristas que definitivamente não é o seu. Ao levar Bolsonaro, Valdemar estabeleceu como princípio que não abriria mão do comando do PL. Essa era a condição para que não acontecesse ali o que aconteceu com o PSL.

Controle está sendo perdido

Valdemar, no entanto, está vendo o risco desse controle ser perdido. Envolvido no processo de total autofagia da família Bolsonaro, desde a prisão na Papudinha do patriarca. Os projetos da família não são os projetos de Valdemar. E, na verdade, não parece também haver unidade nos projetos da família, incluídos pai, esposa e filhos.

Bolsonaro

O primeiro ponto é o próprio Jair Bolsonaro. Ele quer se manter como a principal referência de direita mesmo estando preso e inelegível. A partir de terceiros, quer coordenar o processo. Mas derrotar Lula na eleição não parece ser o objetivo principal: está abaixo de não perder a hegemonia da direita.

Supremo

Entra aí o projeto de montar a maior bancada bolsonarista possível no Senado. Para que ela seja capaz de pressionar o STF e produzir processos de impeachment. No fundo, capaz de reverter condenações e outras situações que deixam Bolsonaro encarcerado e fora do jogo oficial da política brasileira.

Flávio e o Rio

O problema disso tudo é que tal projeto atrapalha o caminho do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) na sua tentativa de derrotar Lula na eleição presidencial de outubro. Flávio sabe que precisa se ampliar. E não por acaso agiu para que isso acontecesse na chapa fechada no Rio, que une PL, União Brasil e PP.

Centrão

A chapa terá o secretário de Cidades, Douglas Ruas (PL) como candidato a governador. Para o Senado, o governador Claudio Castro (PL) e o prefeito de Belford Roxo, Márcio Canella (União Brasil), para o Senado. Não é uma chapa bolsonarista raiz. Mas Flávio emplacou a mãe, Rogéria Bolsonaro, como suplente de Canella.

Intervenção

Mas não é assim que o barco avança em outros estados. Foi por isso que Valdemar tentou intervir em Santa Catarina para que o governador Jorginho Mello (PL) mantivesse o compromisso para o Senado com Esperidião Amin (PP). O presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), cobrou e ameaça não apoiar Flávio.

Duas vagas

Aliados de Valdemar preocupam-se com a situação. Sabem que, por mais que Bolsonaro queira, o PL não irá fazer as duas vagas para o Senado. A situação limita Flávio e o afasta dos grupos mais moderados. Nesses tempos polarizados, pode até dar certo. Mas nunca foi assim que Valdemar trabalhou.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Derrite rejeitou mudanças do Senado e manteve seu texto

Câmara aprova PL Antifacção mais rígido

Relator manteve texto original e rejeitou versão do Senado

Por Beatriz Matos

Uma no cravo, outra na feradura. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), colocou em votação para esta semana dois projetos que atendem a interesses distintos no tabuleiro político: o acordo comercial entre Mercosul e União Europeia, defendido pelo governo, e o PL 5.582/2025, conhecido como PL Antifacção, bandeira do endurecimento penal encampada pela oposição. Nesta terça-feira, o plenário votou o PL Antifacção. E, na quarta, deverá votar o acordo comercial.

A pauta foi divulgada após articulação com líderes partidários e sinalização prévia de que haveria ambiente para deliberação. No caso do projeto sobre crime organizado, o texto aprovado foi o substitutivo apresentado pelo relator, deputado Guilherme Derrite (PP-SP).

O PL 5.582/2025 foi enviado pelo Executivo e aprovado pela Câmara em novembro de 2025 com um texto mais rigoroso. O Senado promoveu alterações de mérito e devolveu a proposta à Casa no fim do ano passado. Desde então, o projeto tramitava sob urgência constitucional — mecanismo que, após 45 dias sem votação em cada Casa, tranca a pauta e impede a análise de outros projetos de lei.

Na tarde de terça-feira (24), horas antes da votação final, Der-

rite apresentou parecer ao substitutivo do Senado.

Durante a votação, o deputado defendeu a rejeição de trechos considerados “enfraquecedores” do marco legal aprovado pela Câmara e propôs ajustes por meio de emendas de redação.

O texto final mantém a criação de um marco legal específico de combate ao crime organizado, reintroduz o conceito de organização criminosa ultraviolenta — denominada facção criminosa — e preserva penas mais elevadas para líderes dessas estruturas. Também reafirma instrumentos como medidas assecuratórias e regras para destinação de bens apreendidos.

Nos bastidores, a permanência de Derrite na relatoria gerou desconforto na base governista, que defendia um nome mais alinhado à versão do Senado para facilitar consenso. O mal-estar girava em torno de três eixos do texto anterior da Câmara: a criação de um diploma legal autônomo, penas consideradas desproporcionais em alguns casos e a divisão de recursos apreendidos entre União e estados.

No mesmo dia, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou o parecer favorável ao Acordo Provisório de Comércio entre o Mercosul e a União Europeia, mantendo o rito de tramitação do tratado no Brasil. O projeto deve ser votado nesta quarta-feira.